



PRÁTICAS CORPORAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO AMBIENTE ESCOLAR E O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO

Giovana Gabriela da Silva. Universidade Estadual de Londrina.

Ana Cláudia Saladini. Universidade Estadual de Londrina.

Resumo

O presente artigo teve por objetivo analisar como a disciplina de Educação Física pode favorecer o processo de socialização dos estudantes a partir da perspectiva construtivista. Quanto à metodologia, tratou-se de uma revisão bibliográfica e procurou responder o seguinte problema: como a intervenção docente nas aulas de Educação Física podem contribuir no processo de socialização entre os estudantes? Entendemos que a socialização, dentro do pressuposto do desenvolvimento humano, só será possível quando no ambiente escolar, predominar um ambiente sócio moral democrático, que priorize a linguagem descritiva, que as sanções sejam pensadas por reciprocidade, para que os estudantes se sintam responsáveis por suas ações e condutas, caminhando em direção à sua autonomia. Durante as aulas de Educação Física, é importante que o docente saiba organizar um ambiente propício que predomine o respeito mútuo, a reciprocidade, cooperação e autonomia dos sujeitos, que os estudantes sejam valorizados em suas subjetividades, reconhecendo as diferenças que os tornam únicos, não tendo poder de autoritarismo sobre eles. Essas ações docentes auxiliam na construção de uma moral autônoma, pois os alunos passam a refletir sobre suas ações, são capazes de tomar decisões e se responsabilizar por seus atos. Concluímos que a disciplina de Educação Física, a partir de um ambiente democrático, é capaz de auxiliar quanto à socialização dos estudantes, pois é um espaço onde eles encontram oportunidade para aprender sobre o respeito de si e dos outros, desenvolvem sua criticidade e autonomia, como também aprendem a conviver de forma mais harmônica e justa, atuando assim, para uma sociedade mais humana, solidária e igualitária.

Palavras-chave: Educação Física; Socialização; Intervenção Docente.

Introdução

A Educação Física caracteriza-se por um conjunto de saberes e conhecimentos classificados em seis eixos: Jogos e Brincadeiras, Lutas, Dança, Ginástica, Esporte e Práticas Corporais de Aventura. O presente texto teve por objetivo analisar como ocorre o processo de socialização nas aulas de Educação Física tendo como base a perspectiva Construtivista. Para isto, nos referenciamos em autores que desenvolveram suas pesquisas baseadas na



Epistemologia Genética, idealizada por Jean Piaget (1896-1980). De acordo com esta perspectiva, o conhecimento não é algo predeterminado, mas é construído no processo de interação do sujeito com o objeto. Considerando que a Educação Física é um componente curricular que pode favorecer a interação entre os estudantes, temos como objetivo deste artigo refletir sobre a relação entre a intervenção docente e o processo de socialização entre os estudantes.

É comum as pessoas entenderem o processo de socialização nas aulas de Educação Física como sendo as situações em que as crianças participam juntas de uma mesma atividade, ou seja, o fato desses alunos realizarem em conjunto uma mesma atividade seria uma garantia da socialização. É claro que não podemos negar a possibilidade de “troca de experiência” entre os envolvidos, mas isso não basta.

Para nos aprofundarmos na problemática deste artigo, tendo como objetivo a reflexão sobre como o processo de socialização pode se manifestar nas aulas de Educação Física, inicialmente conceituamos o processo de socialização em uma perspectiva construtivista e, posteriormente, refletimos sobre sua concretização nas aulas de Educação Física.

Metodologia

Para a construção deste artigo, organizamos uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil (2002, p.44) “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Este tipo de pesquisa tem como objetivo o contato do pesquisador com o que já foi produzido e registrado. Neste artigo, tomamos como referência as obras de De Vries e Zan (1998), La Taille (2009), Vinha (2017) e Lima (2020), entre outros que se baseiam na perspectiva construtivista, e que nos auxiliaram a compreender o processo de socialização nas aulas de Educação Física.



1.1 Socialização nas aulas de Educação Física

A família é a primeira instância social a promover a socialização do ser humano, já que o sujeito nasce neste meio e começa sua experiência de vida. À medida que a criança convive no contexto familiar tem a oportunidade de estabelecer contato com as pessoas e objetos que compõem estas relações primárias e inicia, paulatinamente, o reconhecimento do meio no qual está inserido.

Espera-se que com a família, a criança aprende os valores individuais como, por exemplo, a solidariedade, o cuidado, bondade e generosidade, bem como a proteção aos seus, por exemplo. Aprende neste ambiente, os valores que estão presentes na comunidade, bairro e região (Vinha, et. al; 2017).

Espera-se, portanto, que a partir da convivência familiar, a criança possa aprender a respeitar a si e ao outro, ser cooperativo, saber se posicionar, ser capaz de tomar decisões e respeitar as regras. Essa aprendizagem dependerá da qualidade das relações sociais estabelecidas com essa criança e quais os valores são priorizados neste ambiente.

Ao tratarmos do respeito e da obediência, logo pensamos em recompensas ou medo da punição. É preciso que as crianças entendam que manter o respeito vai além de receber algo em troca por “bom comportamento”, mas sim que faz parte de seu caráter, valores e princípios construídos por si mesmos (De Vries e Zan, 1998).

Na escola, seja em situação de aulas ou nos outros momentos que caracterizam o cenário escolar (entrada e saída da escola, intervalo, atividades no contraturno, entre outros), o estudante, à medida que convive com outras pessoas, tem a oportunidade de conhecer formas diferentes de pensar, ou seja, valores, princípios e culturas diferentes daqueles praticados em sua família de origem.

Para compreendermos o meio no qual estamos inseridos, bem como a convivência no dia a dia com a sociedade como um todo, nos apropriamos da cultura que predomina no contexto em que vivemos. É no processo de socialização que somos capazes de nos comunicar uns com os outros,



compreender e sermos compreendidos. É no convívio social que temos contato com diferentes costumes, crenças, valores e normas, que caracterizam a cultura da nossa sociedade. Considerando o contexto do desenvolvimento social das pessoas, a socialização, de acordo com Piaget (1973) é a capacidade que o sujeito constrói de coordenar as próprias ações e pensamentos às ações e pensamentos do(s) outro(s), por meio da capacidade de descentração e reversibilidade do pensamento, através de sucessivas tomadas de consciência.

É no convívio do cotidiano escolar e suas variadas atividades que a socialização encontra oportunidade de se concretizar. É na convivência entre os sujeitos envolvidos no cenário escolar e, a depender de como estas relações são construídas, que nós, professores, podemos planejar as atividades e situações para contribuir na construção do companheirismo, da solidariedade e da cooperação, bem como a promoção de valores sócio morais. Estes, para Araújo (2007, p. 20) “[...] são hábitos que aprendemos, comportamentos que podemos repetir, mas que, além disso, tornamos nossos, considerando e avaliando, refletindo as motivações que nos são oferecidas pelas emoções e pelas razões”. Aprendemos esses valores a partir da convivência e de nossas interações sociais. No ambiente escolar, deve-se inserir práticas pedagógicas que potencializem as relações dos alunos e a capacidade de eles conviverem socialmente, auxiliando na construção de uma sociedade formada por valores morais.

Como vimos anteriormente, nosso processo de convivência se inicia em casa, com a família. É neste ambiente que começamos a ter as primeiras noções do ambiente no qual estamos inseridos, bem como a convivência e respeito às regras e normas, sabendo o que pode ou não fazer, o que é certo ou errado. De acordo com Vinha et al. (2017), a organização do ambiente interfere na formação moral dos sujeitos, posto que este ambiente possibilita relações entre eles, baseando-se em normas e comportamentos, como também a compreensão sobre o que é justo ou injusto.

No entanto, se este espaço se basear em uma perspectiva autoritária de obediência e submissão, esta formação moral das crianças, jovens e adolescentes acabará sendo prejudicada.



[...] é fundamental para a própria formação, a vivência da cooperação, a liberdade de pesquisa e a experiência de vida. “Cooperar” é realizar trocas operativas de perspectivas, sentimentos, ideias, informações, opiniões, atitudes, num clima tal que as regras valham democraticamente para ambas as partes, adultos e crianças, e os valores possam ser esclarecidos [...] (VINHA, et al., 2017, p. 57).

O ambiente escolar deve propiciar a troca de informações, experiências, como também o respeito mútuo, e que garanta aos alunos o direito de manifestarem seus pensamentos, argumentos e emoções. Deve ser um ambiente democrático, igualitário e prazeroso de se estar, tanto para eles, como para os demais indivíduos que compõem este espaço.

[...] a escola deve utilizar práticas pedagógicas mais favoráveis e coerentes com a construção da vivência democrática, nas quais os alunos sejam os protagonistas da sua própria educação, facilitando a participação, todavia sem negar o papel da responsabilidade (VINHA, et al., 2017, pg 61).

Devemos destacar a escola como sendo um ambiente que possibilite essa construção individual, com profissionais que saibam conduzir e serem mediadores no decorrer desse processo. O ambiente escolar deve promover práticas pedagógicas que potencializem as condições adequadas às relações dos alunos e a capacidade de eles conviverem socialmente, auxiliando no desenvolvimento de uma sociedade formada por valores morais. A educação no contexto escolar deve ser concretizada através de um processo de construção, buscando concepção de sujeitos que tenha a habilidade em pensar, julgar, criticar, decidir por si próprio, ser autônomo, visando a moralidade como produto cultural, educativo e social, já que é necessário que esses indivíduos saibam enfrentar os desafios no seu meio social.

Para que essa convivência se desenvolva de forma democrática e respeitosa, é preciso que o docente saiba conquistar a sua autoridade fundamentada no diálogo, que respeite a individualidade de cada estudante, abra espaços para que eles se sintam à vontade de expor suas opiniões para que também aprendam a ouvir o que os outros têm a dizer. Este professor deve organizar situações que potencializem a criticidade de seus alunos, a autonomia, o respeito a si e ao próximo, como também respeitar as regras e valores morais, expressar repulsa perante casos de injustiça, humilhação, preconceito e desrespeito, como demonstrar apoio, admiração e respeito (Vinha, et al., 2017).



Vale a pena observarmos como a organização e a qualidade das relações sociais pode impactar no desenvolvimento do sujeito, em especial em seu processo de socialização. De Vries e Zan (1998, p. 17), apresentam essa discussão ao abordarem o conceito de ambiente sócio moral que é definido como “[...] toda rede de relações interpessoais que forma a experiência escolar da criança. Essa experiência inclui o relacionamento da criança com o professor, com outras crianças, com os estudos e com as regras”. O ambiente sócio moral, ainda de acordo com as autoras, é:

[...] o contexto no qual as crianças constroem suas ideias e sentimentos sobre si mesmas, sobre o mundo das pessoas e o mundo dos objetos. Dependendo da natureza do ambiente sociomoral geral da vida de uma criança, ela aprende de que forma o mundo das pessoas é seguro ou perigoso, carinhoso ou hostil, coercitivo ou cooperativo, satisfatório ou insatisfatório (1998, p. 51).

Esta teia de relações pode ser organizada considerando, predominantemente, duas formas: ambiente sócio moral autocrático e ambiente sócio moral democrático. (TOGNETTA e VINHA, 2017).

No ambiente sócio moral autocrático, predomina uma relação de coação, na qual pode-se observar a desigualdade, pois há um poder maior de quem ensina sobre quem é ensinado. Neste tipo de ambiente, são impostas regras e normas que devem ser seguidas, de forma quase que obrigatória e, no caso de desobediência, ocorrem ameaças e até mesmo punições; também podem receber recompensas pelo bom comportamento. Há uma necessidade de controle exacerbado pelo docente, podendo resultar em rebeldia, conformismo irrefletido e dissimulação (DEVRIES e ZAN, 1998). Ainda de acordo com as autoras:

O ambiente sócio moral desta sala de aula de instrução direta é de opressão, raiva, ansiedade e isolamento social. A energia das crianças, ao invés de ser expressada, parece ser contida e frustrada. [...] as crianças nesta sala de aula autoritária têm de suprimir sua personalidade, seus sentimentos e seus interesses, a fim de satisfazer as demandas da professora e evitar punições (p. 23).

Algumas características podem ser percebidas no ambiente autocrático, como: os participantes das atividades ficam sentados muito tempo, em silêncio, sem poder manifestar suas dúvidas ou colaborações durante a explicação das atividades, exceto quando solicitado; ter um horário específico para beber água



ou ir ao banheiro; prestar atenção exclusivamente ao que está sendo ensinado, mantendo sempre o olhar para o professor, até mesmo exercendo a autoridade sobre coisas mais básicas, como a forma de sentar, proibir o uso de boné, balas e chicletes. Ou seja, há uma necessidade de controlar esses sujeitos e mostrar autoridade perante eles. Vinha e Tognetta (2006) declaram que: “Perde-se um tempo enorme e há um desgaste muito grande por parte do professor querendo legislar sobre coisas tolas e desnecessárias, o que acarreta tensão, estresse e angústia ao próprio educador e gera um ambiente tenso na classe” (p. 3).

Já no ambiente sócio moral democrático, predomina o respeito mútuo, a reciprocidade, a cooperação e a autonomia dos estudantes, pois o professor os valoriza, não atua com poder e imposição de regras obrigatórias a serem seguidas. A autoridade do docente é construída de forma respeitosa e justa. Os alunos são livres para se posicionarem, se desenvolverem de forma crítica, autônoma, cooperando uns com os outros e mantendo a boa convivência.

É a partir dessas trocas sociais que a criança desenvolve a personalidade e o respeito, percebendo, aos poucos, que as pessoas têm diferentes necessidades e maneiras de pensar. [...] Cooperação é acordo, diálogo, envolvimento e compromisso. E autonomia é respeito pelo outro e exigência de ser respeitado (VINHA, 2017, p. 60).

Consideramos, portanto, que a autonomia dos alunos não se desenvolve em um ambiente autocrático, pois eles se sentem oprimidos, inseguros, recuados e incapazes de tomar decisões. Já a convivência democrática favorece no processo de socialização, pois as práticas educativas são baseadas na reciprocidade, cooperação, liberdade e respeito, e suas opiniões são apreciadas no coletivo, contribuindo na formação do sujeito crítico, autônomo, reflexivo e precursor de seu próprio processo de aprendizagem.

Ainda sobre os elementos que compõem o ambiente sócio moral, é preciso destacar os dois tipos de desenvolvimento moral, denominadas moral da heteronomia e da autonomia (La Taille, 2009).

Na moral heterônoma, são observadas relações de coação, submissão, não há trocas sociais, predominando atividades que são realizadas de forma individual. À medida que as crianças e jovens encontram um ambiente favorável ao seu desenvolvimento podem avançar em direção à autonomia. Um ambiente



sócio moral que tem a coação como ferramenta de obediência dificulta o desenvolvimento da moralidade autônoma.

Uma postura autoritária pode ser eficiente na instalação da moral heterônoma, mas não oferece condições para preparar a criança para a superação da heteronomia em direção à autonomia. [...] é necessário vivenciar relações de cooperação, que oferecem condições favoráveis ao desenvolvimento da autonomia (VINHA, TOGNETTA, 2006, p. 05).

A depender da qualidade das relações sociais as pessoas poderão evoluir para a moral da autonomia caracterizada pela busca do equilíbrio nas relações sociais, destacando a importância de regras morais igualitárias, distanciando-se do autoritarismo e da coerção. La Taille (2009, p. 237) diz que: “as crianças que construíram as primeiras noções de autonomia tendem a preferir as sanções por reciprocidade, aquelas que deixam claro que houve rompimento na relação social entre iguais e que exigem não sofrimento, mas reparação”.

Na autonomia, as relações sociais são promovidas e prioriza-se o diálogo, há a formação do sujeito autônomo, reflexivo, crítico, a reciprocidade e o respeito por si e pelo outro.

Por meio de nossa comunicação, podemos melhorar ou afetar a vida de alguém, pois muitas vezes a pessoa que ouve pode interpretar de forma equivocada a maneira como falamos ou como nos expressamos. Em se tratando da forma como nos comunicamos com os outros, logo pensamos na comunicação verbal. Porém, há também a comunicação não verbal, escrita e visual. Sobre os tipos de linguagem usadas no âmbito escolar, destacaremos a seguir duas categorias: Linguagem Descritiva e Linguagem Valorativa.

A linguagem valorativa diz respeito à personalidade ou capacidade do indivíduo e não às suas ações (WREGGE, et., al. 2014). Neste tipo de linguagem, os alunos tornam como verdade aquilo que é falado pelo docente, implicando em sua autoestima, já que traz consequências negativas para eles. Os estudantes esperam sempre pela aprovação do outro, esperam ouvir frases como: “parabéns! Você é ótimo(a)”; “você arremessa muito bem”. Podem também, ouvir frases negativas, como: “você é péssimo(a) nesta atividade”, “se continuar assim, você não se tornará uma pessoa inteligente”.



WREGGE et. al (2014, p. 124) afirmam que “isso intensifica a falta de segurança da criança em si mesma e a deixa refém da ideia e da opinião alheia. Nesse sentido, mesmo quando a linguagem valorativa é empregada para elogiar, os efeitos podem ser negativos”.

Falas que atribuem culpa também podem interferir na forma de agir desse sujeito, pois a partir da acusação, ele encontra meios de defesas como forma de se justificar, não se tornando capaz de encontrar um meio de resolver o problema. É importante que o professor saiba utilizar uma linguagem que não fira, mas que auxilie no desenvolvimento integral de seu educando, que potencialize suas ações e sua autonomia. Essa é a linguagem descritiva. De acordo com WREGGE, et al (2014), essa linguagem:

É uma forma de comunicação que consiste em apresentar os fatos como são, isto é, como o próprio nome diz, descrever ações, fatos e sentimentos, sem emitir julgamentos. Assim, se refere à situações e fatos, e não à personalidade ou ao caráter do sujeito, como é o caso da linguagem valorativa (p. 125).

É por meio da linguagem descritiva que os estudantes podem expressar suas emoções, sentimentos, onde sua fala é valorizada e não julgada ou criticada. Eles aprendem a resolver problemas e conflitos, passam a ver e respeitar o ponto de vista do outro, possibilitando seu desenvolvimento autônomo e favorecendo o processo de socialização.

A socialização, na escola, não é sinônimo de os alunos estarem todos juntos no mesmo ambiente realizando determinadas atividades, pois isso não garante que estão de fato, se socializando. Algumas pessoas possuem uma visão da Educação Física como sendo apenas sinônimo de jogos e práticas esportivas associando, equivocadamente, à garantia do processo de socialização. É por meio desse processo que os alunos passam a ter uma maior compreensão e visão de mundo, se desenvolvendo moral, social, humana, intelectual e autonomamente, a depender das relações sociais que vivem.

Especificamente nas aulas de Educação Física destacamos a importância das Práticas Corporais e suas possíveis contribuições para o processo de socialização entre os estudantes.

De acordo com Castellani Filho e Carvalho (2006), Práticas Corporais são manifestações da cultura corporal de determinado grupo que carregam os



significados que as pessoas lhes atribuem. Quando nos referimos à Educação Física, essas práticas são apresentadas nas Lutas, Dança, Esporte, Jogos, Ginástica e Práticas Corporais de Aventura.

Podemos dizer que essas práticas sempre estiveram presentes no cotidiano do ser humano, pois era por meio da manifestação corporal que ele andava em busca de alimento, saltava e corria para alcançar a caça ou até mesmo para se defender de animais e, ainda, lutava com outro homem em busca de sua sobrevivência.

Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNN), afirma que:

A Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo (2018).

Faz-se necessária a abordagem das práticas corporais conforme as diferentes formas de significação social, visto que o movimento humano se configura pelos aspectos culturais, sociais, filosófico e psicológicos, entre outros.

Podemos dizer que são, portanto, manifestações e expressões corporais do sujeito que, no decorrer da história são produzidas por diversos grupos sociais. A partir das Lutas, Jogos, Dança, Ginástica, Esportes e Práticas Corporais de Aventura o aluno passa a tomar consciência de seus movimentos, o cuidado de si e dos outros, possibilitando o desenvolvimento de sua autonomia e criticidade, para entender seu papel na sociedade e exercer sua cidadania.

Mesmo sendo conteúdos próprios da Educação Física, ainda podemos observar restrições em algumas dessas manifestações, como, por exemplo, o ensino de Lutas que, no âmbito escolar, muitos pais e até mesmo professores das demais disciplinas pensam que este conteúdo estava relacionado à manifestação da violência, não compreendendo que o ensino de Lutas é muito mais amplo, e as aulas podem auxiliar no desenvolvimento da criança como ser humano.

Há também um certo preconceito relacionado ao ensino de Danças, em que as pessoas acreditam que este conteúdo será aprendido em sua dimensão



técnica. Entendemos que, além de aprenderem a danças os mais variados estilos musicais, é preciso aprender sobre o contexto histórico, os diferentes ritmos, as principais características e, principalmente, a Dança como uma manifestação cultural e corporal produzido nas práticas por diferentes grupos sociais. Compreendemos, portanto, que é importante que os alunos vivenciem e se apropriem de todos os conteúdos específicos da Educação Física, para que não fiquem restritos somente à prática esportiva, por exemplo. Este conjunto de saberes da disciplina são sistematizados nas séries de acordo com o projeto político pedagógico da escola.

Há uma especificidade nas aulas de Educação Física, já que a partir da dinâmica de suas aulas, há uma maior probabilidade de trocas sociais, pois oferece a possibilidade dos alunos se expressarem, construir valores como o respeito de si e do outro, o enfrentamento de preconceitos e discriminação, conseqüentemente, favorecendo a socialização.

No entanto, mesmo a Educação Física sendo capaz de contribuir com o processo de socialização, não deve ser a única disciplina a auxiliar neste processo. É preciso que o ambiente escolar como um todo, saiba promover o processo de socialização e a construção de valores, tornando esses estudantes, mais solidários, respeitosos e mantenedores da boa convivência.

As escolas que possuem clima escolar positivo apresentam bons relacionamentos interpessoais, um ambiente de cuidado e confiança, qualidade no processo de ensino e aprendizagem, espaços de participação e de resolução dialógica dos conflitos, proximidade dos pais e da comunidade, uma boa comunicação, senso de justiça (as regras são necessárias e obedecidas e as sanções são justas), um ambiente estimulante e apoiador, centrado no aluno, no qual os indivíduos sentem-se seguros, apoiados, engajados, pertencentes à escola e respeitosamente desafiados (VINHA, et. al. 2017, pg. 53).

O docente, quando adota princípios construtivistas, ouve, respeita e valoriza o ponto de vista de seus alunos e os encorajam a considerarem também o de seus colegas. É uma forma de aumentar a confiança, autonomia, criticidade e respeito entre seus alunos, bem como a tomada de consciência de si, dos outros, e a capacidade de tomada de decisões (DeVries e Van, 1998).

Partindo do que foi exposto até aqui, é preciso compreendermos que a promoção de valores sócio morais depende da qualidade das relações sociais



estabelecidas por estes sujeitos, inicialmente, com as pessoas de seu núcleo familiar e, posterior e simultaneamente, com as que estão inseridas no contexto educativo que o cerca.

Podemos dizer que, para um ambiente de socialização nas aulas de Educação Física, é imprescindível que as práticas educativas sejam baseadas na cooperação, liberdade, democracia e respeito entre os alunos, o ambiente escolar deve ser um local em que eles se sintam bem e sejam respeitados como estudantes, e a ação docente garante situações de ensino e de aprendizagem voltadas à formação de sujeitos autônomos, críticos, e percussores de seu próprio processo de aprendizagem. Cada conteúdo abordado da Educação Física, de acordo com a BNCC:

propicia ao sujeito o acesso a uma dimensão de conhecimentos e de experiências aos quais ele não teria de outro modo. A vivência da prática é uma forma de gerar um tipo de conhecimento muito particular e insubstituível e, para que ela seja significativa, é preciso problematizar, desnaturalizar e evidenciar a multiplicidade de sentidos e significados que os grupos sociais conferem às diferentes manifestações da cultura corporal de movimento. Logo, as práticas corporais são textos culturais passíveis de leitura e produção (BRASIL, 2017).

Portanto, a Educação Física é considerada um componente curricular importante para possibilitar aos alunos realizarem atividades que possam auxiliar e contribuir com o processo de socialização e interação entre eles, de modo que eles possam conviver tanto de modo coletivo quanto individual, auxiliando seu desenvolvimento como ser humano.

Resultados e Discussões

Diante do que a literatura pesquisada nos apresentou, é preciso refletirmos a respeito das implicações para o desenvolvimento humano, em destaque o processo de socialização, a partir da qualidade das relações sociais do docente estabelecidas com seus educandos.

Ao analisarmos o ambiente sócio moral autocrático, pudemos observar que não é raro os sentimentos de opressão, raiva, tristeza e muitas vezes vergonha por parte dos alunos. Tais sentimentos estão relacionados ao controle exacerbado feito pelo professor que, de maneira consciente ou inconsciente, sustenta sua intervenção em práticas autoritárias. A respeito do controle pelos



docentes, De Vries e Zan (1998) afirmam que pode resultar em rebeldia, conformismo irrefletido e dissimulação. É um ambiente caracterizado pela sanção por expiação, pois os alunos obedecem às regras por medo das punições e castigos. Esta situação, ainda que o professor não deseje, acaba favorecendo a moral heterônoma, pois esses sujeitos não conseguem refletir sobre as reais necessidades individuais e coletivas, pois estão sempre preocupados em evitar a punição e têm dificuldade em compreender as relações sociais.

Por sua vez, ao analisarmos o ambiente sócio moral democrático, percebemos que predomina o respeito mútuo, a reciprocidade, cooperação e autonomia dos estudantes, pois eles são considerados e valorizados, não tendo poder de autoritarismo sobre eles. Esse ambiente se orienta tendo em vista um percurso planejado pelo docente (e pela escola) em direção à moral autônoma e linguagem descritiva, pois os estudantes passam a refletir sobre suas ações, são capazes de tomar decisões e se responsabilizarem por seus atos. Os sentimentos predominantes neste ambiente são segurança, autoconfiança, simpatia, se sentir reconhecido e pertencente ao grupo, pois eles refletem sobre o valor humano desses sentimentos e constroem uma personalidade ética (La Taille, 2009).

Tendo em vista o que encontramos na literatura, podemos entender que a socialização, dentro dos pressupostos do construtivismo para o desenvolvimento humano, só será possível quando no ambiente de aprendizagem predominar um ambiente sócio moral democrático, que priorize a linguagem descritiva, que as sanções sejam pensadas por reciprocidade e que os estudantes se sintam responsáveis por suas ações e condutas, caminhando em direção à sua autonomia. Mas, para isto, este ambiente e as situações de ensino precisam ser organizados, planejados e implementado pelo docente.

Para que a intervenção docente seja coerente com o desenvolvimento humano que se deseja, é necessário que o professor conheça como ocorre o desenvolvimento moral e, portanto, idealize o processo de convivência entre os estudantes.

Podemos dizer que a intervenção docente a partir da linguagem utilizada, das relações sociais estabelecidas com seus alunos e dos planejamentos, as aulas de Educação Física podem ser consideradas capazes de auxiliar os alunos



quanto à oportunidade de saber conviver com o diferente, aprendendo a respeitar e ser respeitado, tomando consciência de seus movimentos e, possibilitando o desenvolvimento de sua autonomia e cuidado com si e com o outro.

Conclusão

Ao nos debruçarmos sobre a pergunta “como aulas de Educação Física podem favorecer o processo de socialização entre os estudantes?”, e ao nos apropriarmos do que os autores e autoras pesquisados abordam sobre a temática investigada, podemos afirmar que não se trata da prática corporal em si (Jogo, Luta, Dança, Ginástica, Esporte e Práticas Corporais de Aventura) que garante a socialização entre os estudantes. É preciso que nas ações pedagógicas seja priorizado um ambiente que, de fato, contribua para que os sujeitos encontrem a oportunidade de coordenar seu ponto de vista com o do outro, questionar as regras estabelecidas e ter a oportunidade de propor outras quando a situação permitir, priorizar uma linguagem que nos permita dialogar de forma respeitosa. Ou seja, as aulas de Educação Física não garantem em si que a socialização aconteça. É preciso que todos os responsáveis na educação dos alunos no ambiente escolar como um todo, estejam envolvidos na dimensão interindividual, institucional e curricular (Vinha, 2017).

Podemos concluir, portanto, que embora seja uma preocupação de todo ambiente escolar, apresentamos a disciplina de Educação Física, a partir de uma intervenção docente que priorize um ambiente democrático, capaz de auxiliar quanto à socialização dos estudantes, sendo um espaço em que eles aprendem sobre o respeito de si e dos outros, desenvolvem sua criticidade e autonomia, como também possam conviver de forma harmônica e justa, atuando assim, para uma sociedade mais humana, solidária e igualitária.

Referências

ARAÚJO, U. F. **Educação e valores**. São Paulo, Summus; 2007.

Brasil. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.



CASTELLANI FILHO, L.; CARVALHO, Y. M. **Ressignificando o esporte e o lazer nas relações com a saúde**. In: CASTRO, A.; MALO, M. (orgs.). SUS: Ressignificando a Promoção da Saúde. São Paulo: Hucitec/Opas, 2006.

DEVRIES, R.; ZAN, B. **A Ética na Educação Infantil**. O ambiente sócio-moral na escola. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

La Taille, Y. **Formação ética: Do tédio ao respeito de si** Porto Alegre, RS: Artmed; 2009. 315 p.

PIAGET, J. **Estudos Sociológicos**. Tradução de Reginaldo Di Piero. 1o ed. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

VINHA, T.; et al. **Da Escola para a Vida em Sociedade**: o valor da convivência democrática. Americana, Adonis; 2017.

VINHA, T.; TOGNETTA, L. R. P. **A Prática de Regras na Escola: Ambiente Autocrático X Ambiente Democrático**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Vol. 10 nº1 jan/abr 2006.

WREGGE, M. G., et. al. **A Linguagem do Educador e a Autonomia Moral**. Volume 6 Número 2 – Ago-Dez/2014. Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/scheme/article/view/4655>>. Acesso em 06 de Agosto de 2022.

Endereço do autor(es):

giovanagabriela10@hotmail.com

ana.saladini@uel.br

Linha de estudo.1- Saberes Docentes, Currículo, Inclusão.